



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 15/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado manifestou preocupação com as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil, que estabeleceram tarifas de importação de 50% e afetaram diretamente a economia de Santa Catarina, Estado com forte integração ao mercado norte-americano. Assinalou que o impacto incide sobre a produção industrial e agrícola, ameaçando cerca de 75 mil empregos. Citando dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), demonstrou ainda que as exportações catarinenses geraram aproximadamente 232 mil postos de trabalho em 2024. Por fim, defendeu uma reação diplomática, por meio de diálogo com o Governo norte-americano e da busca por alternativas econômicas, argumentando que o momento exige maturidade e responsabilidade política diante das consequências sociais previstas.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou o ex-Presidente Jair Bolsonaro, atribuindo-lhe responsabilidade por diversos episódios que classificou como atentados à democracia, incluindo a homenagem a torturador no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, a condução negacionista da pandemia e o envolvimento em esquemas de corrupção relacionados à compra de vacinas. Assinalou ainda crimes como tentativa de golpe de Estado, ameaças a autoridades e incentivo a atos violentos, como o plano de explosão nas imediações do Aeroporto de Brasília (DF) e os ataques de 8 de janeiro. Destacou também a denúncia apresentada pela PGR ao STF e defendeu a condenação de Bolsonaro. Por fim, criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro, acusando-o de fugir do País e anunciar renúncia por medo de cassação e prisão, afirmando que o momento exige coragem e responsabilidade dos agentes públicos.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado criticou a decisão do Presidente Donald Trump de impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, classificando a medida como agressiva, escandalosa e motivada por tentativa indevida de interferência no sistema de Justiça do Brasil. Ressaltou que a medida visaria proteger o ex-Presidente Jair Bolsonaro, acusado de crimes graves e considerado fora da lei. Defendeu a soberania nacional, reprovou o apoio de setores bolsonaristas à medida americana e destacou a manifestação da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, que conclamou ao entendimento e à preservação de relações comerciais produtivas. Por fim, reiterou que Bolsonaro deve responder à Justiça pelos crimes cometidos.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado criticou a decisão do Presidente Donald Trump de impor tarifas de 50% a produtos brasileiros, classificando-a como insana e motivada por interesses políticos e hegemônistas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Destacou que a medida afeta não só o Brasil, mas também diversos parceiros comerciais dos Estados Unidos, prejudicando consumidores, trabalhadores e empresas americanas, além de setores estratégicos da economia brasileira, como agronegócio, mineração, siderurgia e apicultura, com destaque para o impacto no Piauí. Além disso, elogiou a atuação do Presidente Lula, que sancionou a Lei da Reciprocidade e promoveu articulação com o setor produtivo para buscar uma solução negociada. Reprovou, ainda, a postura do Deputado Eduardo Bolsonaro, acusado de atuar, a partir dos Estados Unidos, contra a economia e a democracia brasileiras. Por fim, afirmou que a Câmara dos Deputados precisa agir, com base em seu Regimento, para enfrentar essa conduta considerada uma afronta à Pátria.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado fez um apelo aos Líderes partidários e ao Presidente da Câmara para que o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, sobre licenciamento ambiental, conhecido como “PL da devastação”, seja retirado da pauta. Advertiu que a proposta representa grave retrocesso socioambiental, viola direitos de comunidades tradicionais e ameaça a preservação de biomas como a Mata Atlântica. Alertou ainda que sua aprovação resultaria em aumento da judicialização, facilitação de empreendimentos como barragens perigosas e impacto negativo na imagem internacional do País, especialmente diante da busca por novos mercados após a taxaço imposta pelos Estados Unidos. Por fim, declarou que a aprovação do PL comprometeria a política ambiental brasileira, afastaria investimentos e prejudicaria o desenvolvimento nacional.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado manifestou-se contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025, conhecida como PEC da Segurança Pública, argumentando que a proposta desrespeita o pacto federativo ao concentrar competências na União, esvaziando o papel dos Estados, que abrigam mais de 90% das forças militares de segurança. Reivindicou prioridade para pautas como piso salarial, melhores condições de trabalho, recomposição de efetivos e cuidado com a saúde mental dos agentes. Criticou também a precariedade enfrentada por policiais civis no interior e a sobrecarga de órgãos como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Ao concluir, defendeu que o fortalecimento da segurança pública passe pela valorização do capital humano e não por mudanças estruturais que pouco impactam os profissionais e a sociedade.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado alertou para a elevação da taxa de juros durante o Governo do Presidente Lula, classificando-a como a mais alta do século XXI. Assinalou que o custo elevado do dinheiro encarece o crédito, restringe o acesso a empréstimos, desaquece a economia e compromete a geração de emprego e renda. Criticou ainda a atual política econômica, que favorece o aumento de benefícios



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

assistenciais em detrimento do estímulo ao trabalho. Por fim, apelou por responsabilidade na condução econômica como forma de recuperar o crescimento e valorizar o trabalho no País.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado manifestou preocupação com o avanço do crime organizado na Paraíba, destacando a atuação de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas e armas. Parabenizou a Polícia Rodoviária Federal pela apreensão de grande arsenal no Município de Alhandra (PB) e defendeu o fortalecimento da cooperação entre as forças de segurança. Reforçou também a necessidade de ações contundentes contra organizações criminosas e afirmou que a Paraíba precisa de paz. Além disso, criticou a declaração do Presidente dos Estados Unidos em defesa de Jair Bolsonaro, classificando-a como afronta à soberania nacional e acusando o Governo norte-americano de agir com hipocrisia ao tentar tutelar a democracia brasileira.

Clodoaldo Magalhães (PV - PE) - O Deputado fez um apelo ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira para que rejeitem o Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, conhecido como “PL da devastação”, por representar sérios riscos ao licenciamento ambiental e à preservação de biomas como a Mata Atlântica. Argumentou que a proposta compromete o equilíbrio entre desenvolvimento e proteção ambiental, e contraria a vocação do Brasil como potência em energias alternativas. Lembrou ainda que a realização da COP 30 em Belém (PA) exige responsabilidade ambiental e compromisso com a sustentabilidade. Por fim, alertou para os impactos do PL na saúde da população e nas futuras gerações, diante do avanço de eventos climáticos extremos.

Marcon (PT - RS) - O Deputado reprovou o anúncio de sobretaxas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, classificando-o como um ataque à indústria e ao agronegócio e associando essa medida à tentativa de salvar Jair Bolsonaro. Citou o pedido da PGR para condenar Bolsonaro por atos contra a democracia e afirmou que Eduardo Bolsonaro estaria agindo contra o Brasil em solo americano, comprometendo o decoro parlamentar e a soberania nacional. Por fim, destacou a condução do Presidente Lula, ressaltando seu diálogo internacional e compromisso com o povo brasileiro, reafirmando a soberania do País.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado contestou a ideia de que o Brasil é um País rodoviário, apresentando dados comparativos que mostram que o País possui apenas 25 quilômetros de rodovias pavimentadas por 1.000 quilômetros quadrados, número inferior ao de outras nações como China, Estados Unidos e México. Destacou ainda que o Brasil tem cerca de 220 mil quilômetros de rodovias pavimentadas em um total aproximado de 1,8 milhão de quilômetros de rodovias existentes, indicando uma infraestrutura



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

insuficiente e uma matriz de transportes desequilibrada. Anunciou que abordará futuramente as condições das rodovias, hidrovias e dutovias para evidenciar as deficiências do sistema nacional de transportes.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado afirmou que Eduardo Bolsonaro não deveria estar fora do Brasil, acusando-o de conspirar contra os interesses nacionais, empregos e setores econômicos como o agronegócio e a indústria, além de prejudicar as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Defendeu que a Mesa da Câmara dos Deputados casse o mandato do Parlamentar. Contrapôs, ainda, a postura da família Bolsonaro à liderança do Presidente Lula, que não abre mão da inocência em troca de liberdade. Além disso, destacou que a PGR requisitou a prisão dos membros da família Bolsonaro por conspirarem contra a democracia, incluindo planos contra autoridades como Ministros do Supremo, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e o Presidente Lula. Por fim, reafirmou a necessidade de punição para o que classificou como uma família alinhada a interesses estrangeiros.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada alertou para os riscos do Projeto de Lei (PL) nº 2.159, de 2021, conhecido como PL da Devastação, que extingue o licenciamento ambiental. Argumentou que o PL concede aos grandes empresários a prerrogativa de autoavaliar o cumprimento das normas ambientais, comparando a situação a um médico que se autodiploma. Destacou a importância da justiça climática e a proteção das áreas degradadas e das populações afetadas. Citou ainda desastres como os de Brumadinho (MG) e Mariana (MG) para reforçar os perigos de priorizar o lucro sobre a vida. Concluiu pedindo aos colegas Deputados que rejeitem a proposta, classificando-a como o maior retrocesso ambiental já visto no Brasil.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado comunicou o lançamento, no âmbito da Câmara dos Deputados, de um plebiscito promovido por centrais sindicais e movimentos sociais para ouvir a população sobre a redução da jornada de trabalho e a taxação dos super-ricos. Explicou que a proposta prevê o fim da escala 6 por 1, com redução da jornada sem diminuição dos salários, e destacou estudo do Dieese que aponta potencial de geração significativa de empregos com essa medida. Abordou também o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, do Governo Lula, para isentar do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e aumentar a alíquota para rendas acima de 50 mil reais mensais, buscando justiça tributária e redução das desigualdades. Convidou a população a apoiar essas causas em prol do desenvolvimento social e econômico do País.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que tem exercido seu mandato de forma independente e crítica, inclusive em relação ao bolsonarismo. Criticou declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro sobre o Governador Tarcísio de Freitas, apontando a “autofagia” interna do bolsonarismo, que só aceita apoio de quem tem o sobrenome Bolsonaro e não admite opiniões divergentes. Manifestou solidariedade a Tarcísio e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

defendeu uma Direita unida para evitar a permanência da Esquerda no poder. Em seguida, criticou as tarifas impostas pelos EUA, associando-as a articulações de Eduardo Bolsonaro, e rejeitou a proposta de anistia geral para os envolvidos em atos antidemocráticos. Questionou ainda a expectativa de recuo do Supremo Tribunal Federal e alertou para os impactos econômicos das tarifas. Por fim, contestou a ideia de deixar o Presidente Lula “de lado”, ressaltando a capacidade do adversário político de se reinventar e a necessidade de união da direita.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada manifestou indignação com a revelação de que um ex-Secretário de Segurança de Itaguaí (RJ) teria cogitado plantar cocaína no carro do Prefeito da cidade para incriminá-lo. Classificou o fato como um grave atentado à democracia e expressou solidariedade ao Prefeito Rubão, ressaltando que ele ocupa o cargo por decisão judicial e pelo voto popular. Em nome do PSD do Rio de Janeiro, repudiou esse tipo de conduta e cobrou das autoridades policiais e judiciais uma apuração rigorosa e a punição dos responsáveis pela tentativa de armação.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado relatou os impactos da queda da Ponte do Estreito, sobre o Rio Tocantins, que resultou em mortes, prejuízos econômicos e sobrecarga em pequenos Municípios da região, além de danos à infraestrutura do Estado de Tocantins. Agradeceu ao Ministro Renan Filho e ao DNIT pelo atendimento ao pedido do Governador Wanderlei Barbosa, que resultou na federalização e restauração de mais de 330 km de rodovias com investimento superior a 170 milhões de reais. Anunciou ainda as obras de recuperação urbana em cidades afetadas e a construção do anel viário de Axixá (TO) para retirar o tráfego pesado do centro. Por fim, defendeu a criação de uma legislação que regulamente planos de emergência e sugeriu a destinação de multas de trânsito para um fundo de manutenção de obras de arte especiais, visando prevenir tragédias similares em todo o País.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado informou a instalação da Comissão Mista que analisará a Medida Provisória (MPV) nº 1.303, de 2025, na qual atuará como representante do MDB. Destacou seu compromisso com a defesa da pesca artesanal e dos mais de 1,1 milhão de pescadores artesanais no Brasil, sendo cerca de 500 mil apenas no Estado do Pará. Registrou também agradecimento pela indicação e convidou os pescadores a participarem da audiência pública marcada para o dia 20 de agosto, que discutirá o artigo 71 da MPV.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado comentou a repercussão internacional da tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos, destacando a preocupação manifestada por entidades como a Câmara Americana de Comércio. Elogiou a atuação do Presidente Lula, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin e da equipe econômica,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

que têm tratado o tema com equilíbrio e firmeza, sem abrir mão da soberania nacional. Defendeu ainda a manutenção das relações comerciais entre os dois Países e cobrou respeito ao Brasil. Além disso, celebrou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, na Comissão Especial, que amplia prazos e reduz descontos no pagamento de precatórios, fortalecendo financeiramente os Municípios. Parabenizou a atuação da União dos Municípios da Bahia (UPB) e defendeu a votação da matéria em Plenário para assegurar os avanços obtidos.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a condução do Presidente Lula diante da imposição de tarifas pelos Estados Unidos, afirmando que o Governo recuou após ameaçar medidas de reciprocidade. Associou as sanções à postura do Brasil nas relações internacionais, especialmente na compra de combustível russo, alertando que a União Europeia também pode adotar tarifas ainda mais severas. Acusou o Supremo Tribunal Federal (STF), em especial o Ministro Alexandre de Moraes, de protagonizar um estado de exceção e defendeu a anistia a envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Comparou a situação brasileira à da Venezuela, mencionando queda da renda per capita e alertando para o risco de empobrecimento. Finalizou conclamando a população a defender a democracia.

Paulão (PT - AL) - O Deputado destacou a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 234, de 2024, que torna permanente a política pública de incentivo ao esporte. Relatou sua participação em visitas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), no Rio de Janeiro, e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em São Paulo, onde pôde constatar os impactos positivos da medida. Citou o atleta paraolímpico Yohansson, atual Vice-Presidente do CPB, como exemplo da relevância da iniciativa. Por fim, afirmou que a conquista foi resultado do trabalho do Congresso Nacional, com apoio do Presidente Lula, consolidando o incentivo ao esporte como política de Estado.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado repudiou a postura do Presidente dos Estados Unidos diante do comércio internacional, afirmando que o Brasil tem histórico de diálogo e relações equilibradas com o mundo, independentemente do Governo. Destacou o peso dos BRICS na geopolítica global e avaliou que a reação norte-americana às propostas de comércio em moedas próprias revela motivação política e econômica. Defendeu a soberania brasileira e o direito do País de estabelecer suas políticas, sem se submeter a pressões externas. Além disso, se posicionou favorável ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, ressaltando que a proposta contribui para destravar obras estratégicas, como a pavimentação da BR-319, essencial para a integração da Amazônia Ocidental. Criticou ainda a ausência do Estado em regiões remotas e pediu uma política ambiental que respeite quem vive e produz na região, sem criminalizar trabalhadores. Por fim, reafirmou que a defesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

da Amazônia deve considerar as condições de vida da população local e garantir desenvolvimento com justiça social.

Welter (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação da família do ex-Presidente Bolsonaro, afirmando que suas ações prejudicaram a agricultura brasileira, especialmente nas exportações para os Estados Unidos. Declarou que ações do Presidente Donald Trump impactam negativamente tanto o Brasil quanto empresas americanas importadoras, contrariando os princípios da Organização Mundial do Comércio. Defendeu a negociação conduzida pelo Presidente Lula, o Vice-Presidente Alckmin e empresários dos setores agroindustrial e exportador como fundamental para o equilíbrio comercial. Por fim, reiterou que tais atitudes afrontam os interesses do povo brasileiro.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado manifestou repúdio à decisão do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de taxar produtos brasileiros, classificando-a como uma intervenção indevida que prejudica o agronegócio nacional. Ressaltou que, apesar da vantagem comercial norte-americana nas trocas com o Brasil, a medida foi tomada de forma unilateral e questionável. Assinalou que o Presidente Lula agiu corretamente diante da situação, obtendo apoio até de setores contrários ao seu Governo, inclusive do próprio agro. Destacou ainda que questões políticas e judiciais internas devem ser resolvidas no âmbito da Justiça brasileira, tendo o Supremo Tribunal Federal como instância máxima e legítima para deliberação. Por fim, declarou confiança na diplomacia brasileira e na possibilidade de reversão da medida por meio do diálogo entre os países.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada cobrou a inclusão, em regime de urgência, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 47, de 2023, na pauta da Câmara dos Deputados, argumentando que a PEC, que trata da situação dos servidores dos ex-Territórios, está há quase dois anos aguardando votação. Reiterou que é inadmissível a continuidade dessa demora, especialmente considerando a realidade da Região Norte. Por fim, apelou à Casa para que cumpra sua responsabilidade e faça justiça a milhares de servidores, enfatizando a urgência da medida.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado rememorou a trajetória de criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), iniciada há 22 anos com uma reivindicação da comunidade escolar do Centro Universitário de Dourados (MS), apresentada ao Presidente Lula em 2003. Relatou a articulação com autoridades como José Alencar e Cristovam Buarque, culminando na Lei nº 11.153, de 2005. Destacou que a UFGD, voltada a atender demandas do Mato Grosso do Sul e da população indígena, já formou quase 10 mil estudantes e oferece cursos de graduação, pós-graduação e ensino a distância. Assinalou ainda obras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

importantes ligadas ao seu mandato, como a Casa do Estudante, a Reitoria e o Complexo Esportivo, além do lançamento, nos próximos dias, do primeiro SAMU indígena do País em Dourados e da construção de duas unidades de saúde nas aldeias de Jaguapiru e Bororó também no Município de Dourados. Ao concluir, defendeu uma política comprometida com a saúde, a educação e o bem-estar social.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado destacou sua histórica defesa do trabalho para detentos e manifestou otimismo ao comentar notícia de que 25% da população carcerária brasileira está atualmente empregada, mesmo que a meta seja atingir 50%. Assinalou a importância dessa medida para a ressocialização e recuperação dos presos. Elogiou ainda a iniciativa do Governador Jorginho Mello, em Santa Catarina, que destina parte do salário do detento à família, à poupança e ao custeio de suas despesas. Por fim, defendeu o fortalecimento do trabalho prisional como estratégia para melhorar a segurança pública no País.

Nelinho Freitas (MDB - CE) - O Deputado destacou a importância da Exposição Agropecuária de Crato (Expocrato), realizada na cidade do Crato (CE), como vitrine do avanço tecnológico, econômico e cultural do agronegócio do Cariri e do Ceará. Recordou que o evento teve início em 1944 e se consolidou como referência regional, hoje com projeção nacional. Ressaltou que a Exposição, em sua 72ª edição, deve atrair 12 milhões de visitantes e movimentar mais de R\$ 140 milhões, com forte impacto na geração de empregos e renda. Assinalou ainda o apoio do Banco do Nordeste, que projeta mais de R\$ 132 milhões em financiamentos voltados ao agronegócio e ao empreendedorismo urbano e rural. Por fim, convidou os brasileiros a conhecerem a Expocrato, evento que exalta a tradição e o dinamismo do Ceará.

General Girão (PL - RN) - O Deputado manifestou preocupação com supostas irregularidades no Ministério da Educação, destacando a identificação de R\$ 4,3 bilhões irregulares e lamentando a condução da pasta por um conterrâneo do Ceará. Além disso, criticou o Governo Lula, associando a política de desdolarização da economia à taxação de produtos brasileiros pelo Presidente Donald Trump, e apontou impactos negativos sobre o agronegócio nacional. Informou que, em reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), especialistas expressaram pessimismo diante do atual cenário. Por fim, defendeu o respeito ao setor agropecuário e censurou o posicionamento da diplomacia e da equipe econômica do Governo.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou que, sob a gestão do Presidente Lula, a agricultura familiar voltou a contar com sucessão familiar e melhorias no crédito fundiário, com recursos ampliados e redução da burocracia. Citou como exemplo 22 jovens, no Rio Grande do Sul, que receberam a documentação para a aquisição de terras por meio da Fetag, reforçando o apoio aos produtores rurais e à sustentabilidade das comunidades. Celebrou ainda as ações do Governo Lula, ressaltando o compromisso com a produção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

alimentos e o fortalecimento da agricultura familiar. Concluiu parabenizando o Presidente Lula, a Fetag, os jovens beneficiados e o crédito fundiário.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado criticou a postura do Governador Tarcísio Freitas ao usar um boné com a frase "*Make America Great Again*", associando o gesto a uma estratégia falha arquitetada pelo Deputado Eduardo Bolsonaro. Informou que a tentativa de alinhar-se ao agronegócio resultou em prejuízos, como a taxa de 50% imposta pelos Estados Unidos, o que impactou diretamente as exportações brasileiras, inclusive a do mel do Piauí. Responsabilizou o grupo político ligado à família Bolsonaro por colocar interesses eleitorais acima dos nacionais, prejudicando a economia e a imagem do Brasil. Defendeu a legitimidade das urnas eletrônicas e apontou a retórica contra elas como uma estratégia para mobilizar militantes. Encerrou lamentando que brasileiros que se dizem patriotas contribuam para uma crise que atinge toda a Nação.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada declarou que o relatório da Procuradoria-Geral da República confirmou o envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro em um plano para desacreditar o sistema eleitoral e incentivar ações contra os Três Poderes. Afirmou que ele deverá responder por crimes como tentativa de golpe de Estado, organização criminoso armada e danos ao patrimônio público. Defendeu que não haja anistia para golpistas e reiterou a defesa da democracia. Também homenageou o Diretório do PT de Bauru (SP), que completou 45 anos, destacando sua fundação no contexto da redemocratização e seu papel na defesa dos direitos civis, trabalhistas e políticos. Registrou os cumprimentos à presidenta do diretório, Vanessa Ramos, e ao militante Ivo Aires, de Londrina (PR), um dos primeiros filiados ao partido na região.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado registrou a realização da 28ª edição da ExpoFran, Exposição Agropecuária de Porto Franco, no Maranhão. Destacou a importância do evento, considerado uma das principais exposições agropecuárias do Nordeste, reunindo shows, cursos, brincadeiras, além de expositores com gado de alta qualidade e produtos da agropecuária regional e nacional. Parabenizou o presidente da feira, Nouredin Rocha, e o Prefeito Deoclides Macedo, que tem apoiado a ExpoFran desde a sua primeira edição. Informou que a programação do evento, iniciado em 12 de julho, seguiu até o dia 20 com diversas atividades voltadas ao setor agropecuário.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado questionou a legitimidade de críticas feitas por integrantes do Partido dos Trabalhadores ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e a representantes do campo conservador. Classificou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como símbolo da corrupção no País e afirmou que sua absolvição resultou de um sistema construído para promover um golpe. Citou um trecho bíblico para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

expressar confiança no retorno do ex-Presidente ao poder. Encerrou com críticas à conduta pessoal de Lula e declarou que o Brasil estaria em declínio sob a atual gestão.

Coronel Armando (PP - SC) - O Deputado criticou a atuação do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, ao arquivar a representação da Senadora Damares Alves contra integrantes do Governo federal, mesmo diante de indícios de fraude bilionária no INSS. Apontou a atuação da PGR ao pedir a condenação de Jair Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe e outros crimes, com base em delações premiadas. Questionou a coerência da Justiça, mencionou decisões do STF que, segundo ele, limitaram o Executivo durante o Governo Bolsonaro e defendeu a retomada do voto impresso auditável. Afirmou que o Judiciário estaria agindo sem isonomia e sugeriu que o Congresso aprove medidas para conter o Supremo Tribunal Federal. Informou que não se trata de pedir privilégios, mas justiça e equilíbrio entre os Poderes.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou sua participação, ao lado do Governador Jerônimo Rodrigues, na assinatura da ordem de licitação de mais de R\$ 500 milhões para obras em municípios do interior da Bahia. Destacou o investimento de R\$ 157 milhões em saneamento básico em Ribeira do Pombal (BA), cidade onde foi Prefeito e responsável pela elaboração dos primeiros projetos da área. Elogiou a continuidade dada pelo atual Prefeito Eriksson Silva e fez um apelo ao Governo Federal, ao Presidente Lula e ao Ministro das Cidades, Jader Barbalho, para que sejam destinados recursos a fundo perdido para municípios com menos de 50 mil habitantes. Informou que essas cidades enfrentam dificuldades até para elaborar projetos de saneamento, devido ao alto custo, o que compromete o enfrentamento do déficit no setor.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado comentou a suspensão, por três meses, do Deputado André Janones, afirmando que a medida melhoraria o ambiente na Câmara. Criticou a condução do Presidente Lula diante da taxa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, acusando o Governo de tentar explorar politicamente a situação e de recuar após prometer retaliação. Afirmou que a rejeição ao Governo Lula segue alta, apesar dos esforços de comunicação institucional. Também mencionou uma suposta nota da OTAN que incluiria o Brasil entre os países sujeitos a sanções por manter relações comerciais com a Rússia durante o conflito com a Ucrânia. Responsabilizou Lula, o Ministro Alexandre de Moraes e a Esquerda pelas consequências diplomáticas e econômicas que afetam o País.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado anunciou a iminente votação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Destacou que a proposta já foi aprovada em 2021 pela Câmara e, após modificações no Senado, retornou para nova deliberação. Também informou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

que será votado na Comissão Especial o projeto que isenta do Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil e reduz a alíquota para quem ganha até R\$ 7.350. Informou que a medida beneficiaria mais 500 mil brasileiros, contribuindo para aliviar a carga tributária da população. Ressaltou que a expectativa é de que o texto chegue ao plenário em agosto.

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado destacou a mobilização de agricultores do Rio Grande do Sul que estiveram em Brasília (DF) representando os movimentos SOS Agro e Securitização Já. Fez um apelo pela votação imediata do Projeto de Lei nº 341, de 2025, que dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências. Reforçou que a medida é essencial para que os agricultores mantenham suas atividades produtivas no Estado.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada criticou o uso simbólico da bandeira do Brasil por grupos que se dizem patriotas, apontando que o País tem origem nas mulheres indígenas, as “mátrias”. Questionou a coerência dos que defendem o verde da bandeira enquanto apoiam propostas que ameaçam o meio ambiente e os direitos dos povos originários. Alertou para os impactos do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Afirmou que sua aprovação representaria um retrocesso na proteção das florestas e dos direitos indígenas.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada expressou apoio à Deputada Célia Xakriabá na crítica ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Destacou a expectativa pela possível condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, responsabilizado por projetos que favoreceram a devastação ambiental e tentativas de golpe de Estado. Criticou as tarifas de 50% impostas pelo ex-presidente Donald Trump ao Brasil, classificando-as como barreiras prejudiciais à economia nacional. Reafirmou o apoio ao Presidente Lula na defesa da soberania e da autodeterminação do País, e mencionou a importância das negociações do Vice-Presidente com empresários para minimizar os impactos econômicos. Citou ainda nomes ligados ao ex-Presidente Bolsonaro que responderão judicialmente.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado destacou a visita do Prefeito Alexandre Xepa, de Itapema (SC), ao plenário da Câmara dos Deputados, acompanhado pelos secretários Raphael Voltolini e Daniel Amorim. Elogiou a administração do Prefeito, ressaltando sua competência, inteligência e dedicação ao Município. Informou que Itapema (SC) se desenvolve não apenas por sua vocação turística, mas também pelo trabalho árduo da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

população e pela atuação da classe política local. Afirmou que Xepa enfrentou dificuldades para garantir recursos em Brasília, mas que retornará à cidade com importantes verbas para impulsionar o desenvolvimento municipal.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado relatou casos de violência extrema contra indígenas no Paraná, destacando a decapitação de Everton, filho do cacique da aldeia de Guaíra, e de outro indígena, com ameaças deixadas em cartas à força de segurança e defensores dos direitos humanos. Criticou a ausência de resposta do Governo do Paraná diante dos fatos e afirmou que a Polícia Federal assumiu a investigação por se tratar de área de fronteira. Relacionou a escalada da violência à possível aprovação do chamado Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Também comentou a denúncia contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, refutando declarações de aliados que defenderam sua permanência no País para responder às acusações, classificando essa posição como covarde diante dos crimes que lhe são imputados.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a aprovação e sanção da Política Nacional de Cuidados, projeto do qual foi coautora, ressaltando sua importância para milhões de mulheres no Brasil. Afirmou que 104 milhões de pessoas cuidam de outras sem remuneração, sendo 64% mulheres, principalmente negras, chefes de família e mães solo, que frequentemente abrem mão de suas carreiras para essa tarefa. Chamou atenção para a condição das trabalhadoras domésticas, maioria negra e com baixos salários, que sustentam o cuidado no País. Informou que a política reconhece o cuidado como um direito, promove o trabalho decente e prioriza quem mais necessita, propondo integração nacional e local. Afirmou que cuidar de quem cuida representa justiça social e a garantia de direitos para os invisibilizados.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou que, no primeiro semestre de 2025, destinou cerca de 38 milhões em emendas parlamentares para São João de Meriti (RJ), cidade onde foi vereador por seis mandatos e é o único Deputado Federal eleito. Ressaltou a liberação de 20 milhões para a atenção ambulatorial e hospitalar, que possibilitou inaugurações importantes como a UPA Infantil de Éden e o Hospital Municipal. Cobrou do Prefeito Léo Vieira a inauguração da Maternidade do Morrinho, pronta e equipada há oito anos, com UTI neonatal e centro cirúrgico, para que gestantes da cidade não precisem buscar atendimento em outros municípios. Bebeto reafirmou seu compromisso em continuar trabalhando pela melhoria da saúde e qualidade de vida no Rio de Janeiro, visitando cidades e buscando recursos junto ao Ministério da Saúde.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado informou que a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Afirmou que a PEC amplia o prazo para o pagamento das dívidas previdenciárias dos Municípios, passando de 254 para 300 meses, o que permitirá que essas localidades tenham mais recursos para investimentos. Destacou a importância da matéria para a resolução da questão dos precatórios, garantindo um percentual mínimo da receita do ano anterior para seu pagamento, beneficiando servidores, aposentados e credores com decisões judiciais definitivas. Ressaltou que a aprovação da proposta trará benefícios aos Municípios em todo o País.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado criticou a acusação de que o Brasil estaria financiando a Rússia, responsável pelas tarifas impostas pelo governo Trump, classificando-a como mentira. Avaliou que o Bolsonarismo enfrenta desgaste, com aliados abandonando o grupo e sem apoio para defesa diante do STF. Elogiou a postura do Presidente Lula e do Vice-Presidente Alckmin, destacando a busca por diálogo internacional e a ampliação de mercados, especialmente com a China, principal parceiro comercial do Brasil. Também criticou a atuação de parlamentares da Direita e pediu que o ambiente da Câmara favorecesse o diálogo, fazendo referência a orientações sobre o uso de bonés no plenário para ilustrar seu posicionamento.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado atribuiu ao Presidente Lula a responsabilidade pelo aumento de 50% nas tarifas americanas sobre importações brasileiras. Criticou a condução do tema pelo Governo, classificando as declarações de Lula como inadequadas diante do impacto econômico, que inclui desemprego e juros elevados. Afirmou que o PT e a Esquerda são ideológicos e defendem regimes autoritários como os do Irã, Venezuela, Cuba e Coreia do Norte. Destacou a necessidade de diálogo diplomático e econômico para reduzir as tarifas, em oposição às atitudes que classificou como “bravatas”. Além disso, apontou que o PT teme o ex-Presidente Bolsonaro nas próximas eleições e citou a defesa da prisão de Bolsonaro por parte do PT como estratégia política.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a preocupação do Presidente Lula com Parlamentares que não defendem a soberania nacional. Ressaltou a importância do setor pesqueiro de Santa Catarina, que lidera as exportações brasileiras para os Estados Unidos e gera mais de 30 mil empregos diretos em cidades como Itajaí (SC), Navegante (SC), São Francisco do Sul (SC) e Laguna (SC). Alertou que o estado pode sofrer consequências devido à disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos, atribuída à submissão do ex-Presidente Bolsonaro e sua família. Defendeu a união dos Parlamentares para negociar, proteger a indústria nacional, os empregos e a soberania do País, enfatizando o compromisso com os trabalhadores brasileiros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou duramente o Governo Lula, apontando-o como responsável pela destruição da nação brasileira. Informou que o Governo promoveu aumento de impostos, desemprego e alta das taxas de juros, além de registrar rombos bilionários nas contas públicas e nas estatais. Também mencionou o crescimento das queimadas, o recorde de feminicídios e a fila de 1,7 milhão de pedidos no INSS. Destacou que o Governo falhou em diversas áreas, prejudicando a população. Ainda criticou a Procuradoria-Geral da República por pedir a prisão do ex-Presidente Bolsonaro, classificando a ação como arbitrária. Concluiu que é necessário retirar Lula do poder para interromper esse quadro.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado elogiou a atualização da Lei de Incentivo ao Esporte, que aumentou o percentual de dedução do Imposto de Renda para até 3% para pessoas jurídicas e 7% para pessoas físicas. Destacou que esses recursos vão beneficiar o esporte escolar, amador, comunitário e de alto rendimento. Ressaltou que o Presidente Lula criou o Ministério do Esporte em 2003, que foi extinto em 2019 e reativado em 2023 para fortalecer as políticas esportivas no Brasil.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado fez uma homenagem à esposa, com quem celebrou 43 anos de casamento. Relatou a trajetória dela durante o período em que o filho do casal, Gabriel Monteiro, esteve preso no Complexo de Gericinó, enfrentando uma acusação que classificou como improcedente. Destacou a força e a fé da esposa para enfrentar esse momento difícil. Comemorou o retorno do filho às atividades, ressaltando o alcance dos vídeos que ele produz, com média de 4,2 milhões de visualizações diárias. Finalizou agradecendo e dedicando a fala ao Presidente da Casa, ressaltando a proximidade e o respeito da família Monteiro.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu o crescimento econômico e a redução do desemprego no Governo Lula, contestando críticas dos parlamentares bolsonaristas. Destacou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro tornou-se réu em processos por crimes como tentativa de golpe de Estado e organização criminosa armada, com julgamento previsto no Supremo Tribunal Federal. Criticou a interferência externa, citando o aumento de tarifas imposto pelos Estados Unidos, e repudiou a defesa dessas medidas por parte de alguns Governadores e Deputados da direita. Ressaltou o compromisso do Governo Lula com a diplomacia responsável e a aplicação da reciprocidade nas negociações comerciais, afirmando que a Justiça será respeitada e cumprirá seu papel no julgamento dos responsáveis pelos crimes apontados.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado fez um apelo para o alongamento das dívidas da agricultura gaúcha fosse votado ainda no dia. Destacou a importância da medida, que prevê prazo de 13 anos com carência de 3 anos e juros compatíveis com linhas como Pronaf e Pronamp, para dar fôlego aos agricultores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Ressaltou que os produtores não pedem anistia, mas condições para pagar suas dívidas com o fruto das colheitas, já que não podem vender seus bens essenciais para a produção. Enfatizou que o Rio Grande do Sul é fundamental para a economia brasileira e que este contribui para a geração de divisas, melhoria da balança comercial e fortalecimento do PIB nacional.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado voltou a criticar o aumento de impostos no Brasil e rejeitou a taxação de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Acusou o Governo Lula e o PT de serem responsáveis pela alta carga tributária, afirmando que a gestão da Esquerda criou ou elevou impostos a cada 37 dias. Afirmou que a falta de autonomia para reduzir tributos agrava a situação econômica e contestou a ideia de que o tarifaço beneficiaria o mercado interno. Também relacionou a medida americana a uma retaliação política, mencionando a perseguição a empresas estrangeiras e a restrições à liberdade de imprensa no Brasil. Por fim, alertou para o risco de avanço de autoritarismo no País, criticando a postura do Governo federal.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado lamentou a morte do policial militar Kelvyton de Oliveira Vale, morto em serviço após 24 anos de dedicação à segurança pública no Rio de Janeiro. Destacou a ausência de comoção nacional, luto oficial ou nota de pesar pela perda do policial e criticou o silêncio e a indiferença diante da morte de agentes de segurança. Expressou solidariedade à família do Sargento Kelvyton e aos colegas de farda, reforçando o apelo por valorização, justiça e respeito aos profissionais que arriscam a vida para proteger a sociedade. Comparou o tratamento dado ao policial com o reconhecimento dado a outras vítimas, ressaltando a necessidade de maior atenção à segurança pública.

Delegado da Cunha (PP - SP) - O Deputado Delegado da Cunha utilizou a tribuna para criticar a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que a PEC não resolve os problemas reais do setor, pois centraliza competências federais e recursos, mas não enfrenta questões como a reincidência criminal, a progressão de regime e o aumento de penas para crimes como receptação. Ressaltou que, nas comunidades, a segurança depende da atuação da Polícia Civil, Militar e Guardas Municipais, e que a população busca segurança efetiva para andar sem medo. Defendeu que a PEC precisa ser aprimorada na Comissão Especial, com medidas firmes que atendam às demandas concretas da segurança pública no Brasil.

Adail Filho (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado registrou a visita de dois Vereadores de Manaus (AM), Marco Castilhos e Dr. Eduardo Assis, que apresentaram demandas da população ao parlamentar em Brasília



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

(DF). Destacou o compromisso com a cidade e reafirmou o empenho na destinação de emendas orçamentárias para áreas como saúde e infraestrutura. Enfatizou a importância dessas ações para o desenvolvimento do Município e para a melhoria da vida dos moradores. Afirmou que continuará atuando em Brasília (DF) para garantir os recursos necessários ao avanço de Manaus (AM).

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado recebeu três Prefeitos da Bahia durante a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Destacou a presença de diversos Prefeitos baianos e de outros Estados que acompanharam a sessão, reforçando a importância da matéria para os Municípios. Informou que a PEC visa solucionar definitivamente os débitos de precatórios e previdenciários, considerados vultosos, trazendo alívio financeiro para as administrações locais. Manifestou otimismo para a votação da proposta no Plenário, ressaltando o impacto positivo esperado para o Brasil.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado destacou a criação de uma nova linha de crédito do Governo Federal para reforma de moradias de famílias de baixa renda, visando melhorias básicas como banheiros e acessibilidade. Solicitou a inclusão de aposentados, beneficiários do BPC e pessoas com deficiência entre os beneficiários do programa, encaminhando ofício ao Ministério das Cidades e anunciando que apresentará emenda. Além disso, criticou uma portaria da Previdência que restringiu o acesso ao crédito consignado para representantes legais de aposentados e beneficiários do BPC, pedindo revisão da medida para não prejudicar pessoas com dificuldades de mobilidade e garantindo que o acesso ao crédito seja mantido com segurança e cuidado.

Marcon (PT - RS) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 2.919, de 2025, que altera a Lei nº 8.989, de 1995, para incluir os aposentados e pensionistas que recebam até o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entre os contemplados pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos novos. Segundo o parlamentar, a proposta pode beneficiar cerca de 34 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que estimula a indústria automobilística, gera empregos e amplia o acesso a automóveis por parte da população idosa e de baixa renda.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada criticou a extrema direita brasileira por agir com “hipocrisia patriótica” ao se submeter aos interesses dos Estados Unidos. Condenou a carta do Presidente Donald Trump que representa uma chantagem contra o Brasil ao ameaçar sobretaxar produtos brasileiros caso o país não impeça a punição de Jair Bolsonaro e aliados. Além disso, denunciou a tentativa de interferência estrangeira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

nas instituições brasileiras e defendeu que Eduardo Bolsonaro seja punido por atuar contra o país no exterior. Por fim, elogiou a postura ativa do presidente Lula e defendeu a soberania nacional diante de pressões externas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR), apontando o que considera uma contradição: o pedido de prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro por supostos crimes, ao mesmo tempo em que se arquivam investigações contra fraudadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Afirmou que as acusações contra Bolsonaro são frágeis e politicamente motivadas, baseadas em delações questionáveis. Por fim, disse que o Brasil estaria se tornando um “pária da democracia”, ao punir um ex-Presidente que não teria cometido corrupção, enquanto se protegeria criminosos que lesaram aposentados.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao colega André Janones, destacando a injustiça que vê em sua suspensão de 3 meses enquanto nada aconteceria aos Parlamentares que o agrediram. Afirmou que, embora não tenha proximidade política com Janones, não poderia se calar diante do que considera um tratamento desigual. Relembrou que enfrenta há mais de um ano um processo de cassação por ter reagido a um provocador que atacou sua mãe, e comparou sua situação com a de Janones, que, conforme vídeo divulgado, teria levado um chute nas dependências da Câmara. Por fim, afirmou ser inaceitável que a vítima da agressão seja punida, enquanto os agressores não enfrentam consequências.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado defendeu os agricultores do Rio Grande do Sul afetados por perdas climáticas e cobrou ações do Governo Federal e Estadual para alongar suas dívidas. Também apoiou a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social. Em seguida, criticou o Governo Lula, acusando-o de usar discurso anti-imperialista para desviar a atenção da crise econômica. Por fim, afirmou que Bolsonaro está sendo perseguido politicamente por um suposto golpe que nunca teria ocorrido, e que o ex-presidente é o verdadeiro líder da maioria da população.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado alertou sobre os prejuízos causados pelos cortes orçamentários nas agências reguladoras, que afetam 70% da economia brasileira. Destacou que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estaria sem condições de fiscalizar a qualidade e a composição dos combustíveis, o que poderia gerar fraudes e prejuízos ao consumidor. Denunciou a falta de recursos para fiscalizar combustíveis e realizar leilões importantes, como o do Porto de Santos. Também afirmou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

bloqueio de R\$ 480 milhões ameaça arrecadações bilionárias e compromete o funcionamento do sistema regulatório. Por fim, pediu à Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, a recomposição urgente do orçamento das agências para evitar perdas e garantir eficiência.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado manifestou preocupação com a crise enfrentada pelos produtores de borracha em Goiás e Tocantins, alertando para o risco de colapso da indústria nacional de pneus. Afirmou que a redução gradual da alíquota de importação da borracha da Malásia — de 22% para 10,8%, com previsão de queda para 3,8% em 2025 — ameaça destruir a cadeia produtiva brasileira, gerando desemprego e dependência do mercado asiático. Por fim, defendeu uma reunião urgente com os Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, para adotar medidas de proteção à produção nacional e garantir a sobrevivência da indústria de pneus no país.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) pela condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro a mais de 40 anos de prisão por suposta tentativa de golpe. Classificou o processo como uma “farsa”, afirmando que a narrativa está sendo conduzida de forma coordenada entre a imprensa, o Supremo Tribunal Federal (STF) e a PGR, sem respaldo nos fatos. Também citou o depoimento de Mauro Cid, que negou a presença de Filipe Martins no voo presidencial para os Estados Unidos em 2022, e acusou a Polícia Federal (PF) de usar um rascunho como lista oficial para justificar a prisão de Martins. Por fim, disse ser alvo de investigação da PF por ter criticado o delegado envolvido no caso e manifestou solidariedade a todos os que considera perseguidos politicamente.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou a presença de representantes dos aprovados no concurso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que ainda aguardam convocação, destacando o apoio parlamentar à causa e as reuniões realizadas com os Ministérios da Saúde e da Gestão. Nomeou os representantes presentes — Jéssica, Gilnei e Bruno — e reforçou o compromisso da bancada do Rio de Janeiro com a luta pela nomeação dos excedentes. Na sequência, denunciou uma agressão ocorrida no plenário: afirmou ter visto um vídeo nas redes sociais em que o Deputado Cabo Gilberto chuta a canela do Deputado André Janones. Por fim, defendeu a necessidade de resposta institucional da Câmara diante do ato de violência e criticou o que chamou de perseguição contra o Deputado Glauber Braga.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado celebrou o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) de mais de 40 anos de prisão para Bolsonaro e aliados, afirmando que as provas são irrefutáveis e que o bolsonarismo entrou em desespero. Criticou declarações de Eduardo e Flávio Bolsonaro e acusou o Governador Tarcísio de apoiar o tarifaço de Trump, mesmo prejudicando o Estado de São Paulo. Disse que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

ofensiva norte-americana visa apenas livrar Bolsonaro da cadeia e exaltou manifestações populares em defesa da soberania nacional. Concluiu prevendo o enfraquecimento do bolsonarismo nas próximas eleições.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado comparou o Presidente Lula a um "caminhão de lixo", acusando-o de propagar discursos vazios e de má-fé. Disse que Lula vive culpando Bolsonaro por tudo que acontece no país e agora tenta responsabilizá-lo pelas tarifas impostas pelos Estados Unidos. Afirmou que Trump já havia alertado que tentativas de substituir o dólar como moeda global seriam punidas, e Lula insistiu no tema, levando à taxaço do Brasil. Por fim, disse que a reação de Trump foi previsível e o restante da narrativa seria "mentira".

Coronel Fernanda (PL - MT) - O Deputado denunciou a paralisação da exportação de madeira no Porto de Paranaguá, atribuída à lentidão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que teria apenas um servidor responsável pelas liberações, causando prejuízos e demissões no setor florestal. Criticou a esquerda por incoerência e atacou o Governo Lula por apoiar regimes autoritários como o da Venezuela e a ex-Presidente da Argentina, condenada por corrupção. Por fim, criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública proposta pelo Governo Federal, e pediu menos burocracia e mais apoio ao setor produtivo.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a rapidez da decisão que suspendeu o mandato do Deputado André Janones, apontando falta de investigação adequada e ausência de oitivas no Conselho de Ética, do qual é membro titular. Destacou que Janones foi agredido fisicamente por outro Parlamentar e que o episódio merecia apuração criteriosa. Em seguida, condenou a interferência de Donald Trump na política brasileira, afirmando que o ex-Presidente dos Estados Unidos tentou pressionar pelo encerramento do julgamento de Jair Bolsonaro. Por fim, elogiou a postura firme da Procuradoria-Geral da República (PGR) e defendeu a soberania nacional diante do que classificou como chantagem internacional.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado manifestou preocupação com os impactos do aumento de tarifas norte-americanas sobre as exportações brasileiras, especialmente no setor agropecuário. Disse que a medida anunciada por Donald Trump reflete retaliações contra posicionamentos ideológicos e diplomáticos do Presidente Lula, que teria se alinhado a regimes comunistas e hostis aos Estados Unidos, como China, Rússia, Irã e Venezuela. Criticou ainda falas de Lula contra o uso do dólar e em favor de adversários geopolíticos dos norte-americanos. Além disso, propôs votar com urgência a anistia aos investigados dos atos de 8 de janeiro como gesto humanitário, reforçar a liberdade de expressão com base no antigo artigo 19 do Marco Civil da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Internet e punir crimes digitais com rigor. Finalizou afirmando que “o Brasil não é Lula, nem socialista, mas parceiro histórico dos Estados Unidos”.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a democracia e a soberania nacional, criticando o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Na sequência, recordou o histórico pronunciamento de Ulysses Guimarães contra a ditadura, lamentou que o atual Plenário abrigasse Parlamentares que bajulam Donald Trump e relativizam ações antidemocráticas. Enumerou uma série de fatos ligados ao bolsonarismo, como atentados frustrados, ataques a instituições e tentativas de golpe, reforçando que Bolsonaro deve responder criminalmente por seus atos. Reprovou ainda a atuação de Eduardo Bolsonaro, acusado de buscar sanções americanas contra o Brasil para proteger o pai. Concluiu exigindo firmeza do Congresso frente a qualquer interferência externa e reafirmando: "É Bolsonaro na cadeia e soberania brasileira sempre!".

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada pediu apoio à aprovação do mérito do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 173, de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Destacou que, mesmo com atendimento remoto, os servidores seguiram trabalhando e que o projeto faz justiça sem comprometer a autonomia financeira de Estados e Municípios. PA urgência da proposta foi aprovada por unanimidade.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada celebrou os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destacando sua importância na transformação da visão do Estado e da sociedade sobre a infância e a juventude — de objeto de punição a sujeitos de direitos. Reforçou a necessidade de políticas públicas concretas, como o programa Pé-de-Meia, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a valorização dos conselhos tutelares. Defendeu a luta contra retrocessos e concluiu com a frase: “Nenhum direito a menos para nossas crianças! Viva o ECA!”.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado parabenizou os Prefeitos baianos e o Presidente da União dos Municípios da Bahia pelo avanço nas negociações da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social. Em seguida, criticou o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, mencionando o pedido de condenação da Procuradoria-Geral da República (PGR) por crimes relacionados à tentativa de golpe. Denunciou a suposta chantagem internacional envolvendo Donald Trump, afirmando que a tarifa de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

50% contra o Brasil teria como objetivo pressionar por anistia a Bolsonaro. Além disso, acusou os bolsonaristas de traição, tentativa de assassinato de autoridades e ataque às instituições democráticas. Por fim, reafirmou que os crimes cometidos não serão esquecidos.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado defendeu a devolução dos 257 km da Ferrovia Leopoldina, no Espírito Santo, ao Governo Estadual e aos Municípios. Destacou que a linha, hoje economicamente inviável e abandonada, atravessa 11 Municípios e poderia ser transformada no maior projeto turístico do Estado. Criticou a deterioração da ferrovia, com trilhos furtados e trechos tomados pelo mato, e pediu que o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) acelerem o inventário e a devolução da ferrovia, em articulação com o Governo Estadual, especialmente o Vice-Governador Ricardo Ferraço, que lidera o projeto com apoio dos Prefeitos locais.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, por anular todos os atos contra o doleiro Alberto Youssef no âmbito da Operação Lava Jato, classificando a decisão como mais uma "vergonha para a República". Disse que o STF estaria passando a mensagem de que "roubar dá vantagem" no Brasil. Afirmou que o próprio Youssef reconheceu ilegalidades em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mas foi beneficiado por uma decisão que o absolve como "mais um Barrabás". Por fim, responsabilizou também o Governo Lula, que estaria sendo conivente com decisões como essa.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou a interferência do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na política brasileira, chamando de "chantagem inaceitável" o tarifaço imposto aos produtos brasileiros como forma de pressionar pelo fim do julgamento de Jair Bolsonaro. Além disso, acusou Trump de agir por interesses ideológicos e econômicos, citando a ausência de tarifas à Venezuela, que continua fornecendo petróleo aos Estados Unidos. Defendeu que o Congresso, a diplomacia e o empresariado brasileiro reajam com firmeza, sem subserviência a potências estrangeiras, sejam elas Estados Unidos, China ou Rússia. Também criticou ações do Governo Lula, como a ida à Argentina para defender Cristina Kirchner e o uso de jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para buscar a ex-Primeira-Dama do Peru, condenada pela Justiça. Finalizou afirmando que a soberania nacional está em risco e deve ser defendida acima de ideologias ou alianças externas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado pediu ao Governador da Paraíba, João Azevêdo, a prorrogação do concurso da Polícia Militar, que está prestes a vencer. Alertou para a falta de efetivo policial no Estado,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

com cidades sendo atendidas por apenas dois policiais e uma viatura, e defendeu a convocação de quase mil suplentes para reforçar a segurança pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada elogiou a reinclusão da palavra "mineração" no Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; destacando a importância do setor para a economia brasileira — com 4% do PIB, 47% da balança comercial e previsão de US\$ 64 bilhões em investimentos até 2029. Defendeu que a proposta garantiria segurança jurídica, atrairia investimentos e contribuiria para a transição energética, sem enfraquecer a fiscalização ambiental. Por fim, pediu ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) que não retirasse o trecho do texto, reforçando que a proposição combateria a mineração ilegal e estimularia a geração de empregos.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada prestou homenagem ao Ministro Wellington Dias pelo estudo lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata das políticas públicas voltadas às trabalhadoras domésticas, majoritariamente mulheres negras de baixa renda. Além disso, destacou o programa Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e de Cuidados, que promove formação profissional, ampliação de vagas e valorização salarial. Disse que em 2025, serão oferecidas mais de 900 vagas exclusivas e 10 mil vagas gerais em cursos de cuidado. Encerrou reforçando o papel do Governo Lula no combate à discriminação e à precarização do trabalho doméstico.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado expressou preocupação com a condução da política externa do Governo Lula, que estaria sendo marcada por viés ideológico, declarações provocativas e uma diplomacia desarticulada, comparando a atuação dos Ministros Mauro Vieira e Celso Amorim a um “corpo com duas cabeças”. Em seguida, criticou a postura do Presidente em relação aos Estados Unidos e defendeu a criação de uma Comissão Externa da Câmara para intervir e reorientar a diplomacia brasileira. Além disso, alertou que o Brasil corre o risco de isolamento internacional com impacto negativo na economia, num momento em que o país enfrenta altos juros, endividamento público e problemas sociais graves, como a pobreza em favelas. Encerrando, cobrou seriedade e responsabilidade do Congresso frente ao cenário atual.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado fez um breve registro de apoio e elogio ao Deputado Alberto Fraga, destacando o orgulho em vê-lo presidir a sessão plenária como Presidente da Bancada da Segurança Pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Guilherme Boulos (PSOL - SP) - O Deputado criticou os aliados de Donald Trump no Brasil, chamando-os de “traidores da Pátria” e comparando-os aos golpistas de 1964. Disse que os Estados Unidos historicamente exploram interesses no Brasil por meio de brasileiros submissos e denunciou a tentativa de pressionar o Brasil por causa da política externa soberana do Governo Lula e sua atuação no Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS). Afirmou que a tentativa de anistia ao ex-presidente Bolsonaro não prosperará e que ele será preso. Defendeu a soberania nacional, a reeleição de Lula e criticou o “vira-latismo” da extrema-direita. Encerrou com palavras de exaltação ao povo brasileiro.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula, chamando-o de “inimigo do Brasil” e acusando-o de permitir um desvio de R\$ 90 bilhões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — valor que, segundo ele, supera o impacto da taxaço imposta pelos Estados Unidos. Defendeu que o problema não está na Casa Branca, mas no Palácio do Planalto. Acusou o Governo de apoiar invasões a propriedades privadas, de negligenciar a diplomacia com os Estados Unidos e de ter posturas ideológicas que prejudicam empresários brasileiros. Também criticou a atuação do chanceler Mauro Vieira, a relação com regimes autoritários e afirmou que Lula não será reeleito, prevendo o surgimento de uma nova liderança conservadora para 2026.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o que chamou de “perseguição política” ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que o processo judicial contra ele seria baseado em delações inconsistentes e conduzido por um Supremo Tribunal Federal (STF) que se comportaria mais como poder político do que jurídico. Acusou o Governo Lula de não querer resolver a questão do “tarifaço” de 50% imposto pelos Estados Unidos e de utilizar a situação para transferir responsabilidades. Em seguida, defendeu o uso do Artigo 49 da Constituição para reequilibrar os poderes e restaurar o Estado Democrático de Direito. Também criticou a política externa do atual Governo, acusando-o de alianças com ditaduras e de comprometer a imagem do Brasil no cenário internacional. Por fim, pediu que o Congresso pressionasse o Itamaraty para impedir a aplicação das tarifas que prejudicariam a população brasileira.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado fez um histórico das crises econômicas brasileiras desde 1981, associando-as à queda de Governos. Criticou o Presidente Lula por sua aliança com China e Rússia via Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS) e pela tentativa de criar uma moeda alternativa ao dólar, o que teria motivado o tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos. Além disso, alertou que a retaliação poderia prejudicar empresários e trabalhadores brasileiros. Afirmou que Lula compromete a economia e pediu sua saída: “Vá para casa, Presidente Lula. Chega!”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Welter (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação de um familiar do ex-Presidente Bolsonaro por conspirar com Donald Trump nos Estados Unidos contra os interesses do Brasil, resultando em medidas que prejudicam o agronegócio nacional. Contrapôs essa postura com a do Presidente Lula, que estaria adotando uma estratégia de negociação comercial conforme as regras da OMC, ampliando mercados internacionais e defendendo os interesses das empresas brasileiras. Destacou os avanços econômicos recentes, como o crescimento do PIB e a geração de empregos, e afirmou que a economia brasileira está em trajetória positiva. Por fim, acusou a família Bolsonaro de falta de patriotismo e elogiou a atuação internacional de Lula como negociador.

ORDEM DO DIA

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de dispensa de interstício para a inclusão, na Ordem do Dia do Plenário, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou uma questão de ordem, esclarecendo que, embora o partido NOVO decidisse retirar o requerimento de retirada de pauta por apelo da Presidência, isso não anularia o direito regimental de que tal requerimento fosse votado mesmo após a quebra de interstício. Ressaltou que, caso não optassem pela retirada, a votação seria obrigatória, reforçando a validade do procedimento segundo as regras da Casa.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado defendeu que a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, não pertence nem ao Governo nem à Oposição, mas sim aos Municípios brasileiros. Afirmou que a proposta representa uma oportunidade histórica para fortalecer a capacidade dos Municípios de atender às demandas da população, especialmente nas áreas de educação, saúde e infraestrutura. Criticou ainda o que classificou como uma “máfia dos precatórios”, envolvendo banqueiros e grandes escritórios de advocacia, e conclamou os Parlamentares a votarem em favor dos interesses do povo.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado discutiu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Kim Katagiri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Paulo Azi (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado encaminhou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do substitutivo oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Romero Rodrigues (PODE - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, agradeceu o Presidente por tê-lo indicado Presidente da Comissão Especial e disse ter sido uma honra representar a Câmara nesse projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, denunciou perseguição sofrida pelos produtores rurais no Pará por parte do Ibama, ICMBio e forças de segurança, e criticou o Governador do Estado e o Presidente Lula. Ademais, afirmou que os produtores vêm sendo tratados com mais rigor do que traficantes e enfrentam dificuldades como a proibição de transportar combustíveis. Por fim, informou ter protocolado o Projeto de Lei nº 2.753, de 2025, para legalizar o transporte de combustível do posto até a propriedade rural.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em primeiro turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Baleia Rossi (MDB - SP) - O Deputado, relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, reiterou seu compromisso com o municipalismo ao defender a proposta, já que amplia os recursos destinados aos Municípios para investimentos em políticas públicas essenciais. Ressaltou a importância da reforma tributária (PEC nº 45, de 2019) anteriormente aprovada e destacou a origem, no Senado Federal, da PEC 66, além da aprovação unânime naquela Casa. Ademais, agradeceu o apoio do Presidente da Câmara, de Prefeitos, Vereadores e entidades como a Confederação Nacional de Municípios e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos. Por fim, citou o trabalho em equipe da Comissão Especial e agradeceu a contribuição técnica dos consultores legislativos da Câmara.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de Comissão na deliberação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Romero Rodrigues (PODE - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de comissão apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da emenda de comissão apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de comissão apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de comissão apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado defendeu a aprovação da Emenda nº 5 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que concede 18 meses para que os Municípios brasileiros realizem suas reformas previdenciárias. Ressaltou que, dos mais de 2 mil Municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), apenas 40% (880) cumpriram a obrigação, deixando mais de 1.200 em situação irregular. Argumentou ainda que a medida é essencial para garantir recursos aos aposentados e criticou Parlamentares que se declaram "municipalistas", mas votam contra iniciativas em favor dos Municípios. Concluiu exortando um voto "sim" para comprovar o real compromisso com os Municípios, onde "a vida acontece".

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da emenda de comissão apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado esclareceu a distinção entre bloqueio e contingenciamento orçamentário. Explicou que o contingenciamento ocorre quando a arrecadação fica abaixo do previsto na lei orçamentária, enquanto o bloqueio é aplicado sobre as despesas para evitar o descumprimento de limites fiscais. Afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, em discussão, não modifica a meta fiscal nem as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias, servindo apenas como referência para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

orçamento do próximo ano. Defendeu a manutenção integral do texto original, sem alterações no marco regulatório fiscal, e criticou as interpretações incorretas sobre o assunto.

Romero Rodrigues (PODE - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, agradeceu aos Prefeitos presentes, especialmente a Bruno Cunha Lima de Campina Grande (PB) e George Coelho da Federação dos Municípios da Paraíba, pelo apoio na construção da PEC e na mobilização dos Parlamentares.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "considerados os créditos suplementares e especiais incorporados ao limite de despesa de 2025, e", do § 18-A, art. 165, da CF/88, constante no art. 1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado destacou os avanços legislativos no primeiro semestre de 2025, em especial a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que busca equilibrar as finanças municipais ao estabelecer limites para pagamento de precatórios, garantindo recursos para políticas públicas locais. Frisou a importância de os Municípios terem condições orçamentárias para investimentos básicos, como saúde, educação e infraestrutura, e elogiou o texto final da Comissão por excluir propostas prejudiciais, como mudanças no piso salarial da educação e saúde ou reformas previdenciárias impostas aos servidores. Além disso, celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da PEC nº 18, de 2025, da Segurança Pública. Informou que a proposta do Governo Federal objetiva coordenar ações contra o crime organizado interestadual e transnacional, com participação da Polícia Federal. Defendeu a PEC como ferramenta essencial para combater tráficos de drogas e armas. Afirmou ainda que oposição à proposição equivale a apoiar o crime organizado, e conclamou um debate maduro no segundo semestre, sem demagogia.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que estabelece regras para pagamento de precatórios municipais, priorizando idosos e garantindo equilíbrio fiscal às prefeituras, sem incluir reformas previdenciárias. Reconheceu o trabalho da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e de líderes como o Senador Carlos Portinho, que negociou ajustes como taxas de refinanciamento e limites de endividamento (1% da receita líquida municipal). Frisou ainda o acordo com o Senado para evitar tramitação prolongada. Além disso, abordou o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, do Licenciamento Ambiental, relatado pelo Deputado Zé Vitor, que simplifica processos para setores como mineração e agronegócio, reduzindo burocracia sem prejudicar a proteção ambiental. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

criticou a PEC nº 18, de 2025, da Segurança Pública do Governo Federal, que centraliza atribuições na União, defendendo em vez disso a PEC nº 18, de 2012, de sua autoria, que preserva a autonomia dos entes federados e estabelece pisos de investimento.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de quebra de interstício entre o primeiro e o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de quebra de interstício entre o primeiro e o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de quebra de interstício entre o primeiro e o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de quebra de interstício entre o primeiro e o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de quebra de interstício entre o primeiro e o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, questionou a retirada do Destaque nº 9, considerado importante pela Oposição, e afirmou que o Líder do partido não teria autorizado a retirada. Por fim, afirmou que a não votação do referido dispositivo é um cerceamento do direito da Oposição.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado informou que o MDB fechou questão contra quaisquer destaques no segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, e afirmou que ser contra a PEC é ser contra o Brasil. Além disso, comunicou que o partido não tem acordo para votar o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre licenciamento ambiental, e ressaltou que o Congresso Nacional tem que ter responsabilidade no tratamento da matéria.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado fez duas questões de ordem: na primeira, questionou se o destaque de alteração de emenda que foi rejeitado no primeiro turno de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, porventura pudesse ser apresentado no segundo turno; e, na segunda, perguntou sobre quem poderia retirar um destaque em nome de um partido. Por fim, parabenizou a condução do Presidente e criticou tentativas de colocar em dúvida procedimentos rotineiros e legítimos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Dias Toffoli, do STF, de absolver o doleiro Alberto Youssef, classificando-a como imoral e um desserviço ao País. Relatou que o doleiro havia confessado crimes de lavagem de dinheiro em CPI da qual participou. Além disso, informou que o Governo brasileiro é o responsável pela taxa de 50% imposta pelo Governo Trump e afirmou que ela inviabilizará as exportações, além de quebrar grande parte da cadeia produtiva brasileira. Ademais, criticou a atuação diplomática do Presidente Lula e a comparou com as atitudes do Governo Bolsonaro, as quais foram resolvidas diplomaticamente, mesmo havendo divergência ideológica com os países com os quais ele tratou. Por fim, afirmou que a atual gestão federal age com arrogância e ineficiência, o que trará graves consequências negativas à economia e ao emprego no Brasil.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado encaminhou a votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 165, contido no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, como uma medida essencial para aliviar as finanças dos Municípios, independentemente de filiação partidária, e destacou o compromisso do Governo Lula com o apoio municipal. Criticou a narrativa de que a votação refletiria apoio ou oposição ao Presidente e afirmou que a proposta oferece equilíbrio ao permitir o pagamento de precatórios com responsabilidade fiscal. Destacou programas como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida como evidência de apoio federal aos Municípios. Por fim, rebateu críticas à política externa do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Governo, acusando opositores de submissão aos interesses dos Estados Unidos e afirmou que o Brasil voltou a ser respeitado internacionalmente.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, afirmando que ela não representa um calote nos precatórios, mas sim uma regularização definitiva da forma como essas despesas são tratadas no resultado primário. Explicou que os registros escalonados de 10% a 100% referem-se apenas à apuração contábil e não afetam o pagamento integral anual dos precatórios federais. Destacou, ainda, que a proposta está alinhada com o novo arcabouço fiscal, respeitando as regras de responsabilidade tributária e assegurando previsibilidade para os Municípios. Rechaçou rumores de desvinculação de receitas da saúde e educação e enfatizou que a proposição busca resolver, de forma duradoura, a questão dos precatórios dentro de uma perspectiva fiscal estável.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado criticou o Partido Liberal (PL) por insistir na obstrução da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, mesmo após ter sido derrotado em uma votação anterior. Afirmou que o PL está votando contra os interesses dos Prefeitos brasileiros, muitos dos quais contribuíram para eleger os próprios Deputados do partido.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, afirmou que não há problema em perder votações, desde que os direitos da Oposição sejam respeitados. Em resposta ao Deputado Hildo Rocha, rejeitou qualquer insinuação de derrota e criticou o tom usado anteriormente, pedindo respeito entre os colegas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. Além disso, exigiu respeito ao PL e acusou o partido do Deputado que o antecedeu de envolvimento em escândalos de corrupção, citando perdão de dívidas internacionais, desvio de recursos do INSS e o caso do petrolão. Reforçou que o PL respeita o povo brasileiro e afirmou que, em um país sério, o PT já teria sido extinto.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Art. 165, contido no Art.1º do substitutivo apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado defendeu a construção de um acordo para evitar a votação do Recurso nº 38, de 2023, do Projeto de Lei nº 702, de 2023, que trata da tramitação prioritária de crimes de redução à condição análoga à de escravo. Destacou que já havia dialogado com a Deputada Bia Kicis sobre a possibilidade de consenso e enfatizou a importância do projeto, que visa dar celeridade à tramitação desses crimes, à semelhança do tratamento dado aos crimes hediondos. Reforçou o desejo de evitar confronto desnecessário e buscar entendimento.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, que visa instituir o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça. Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, que visa instituir o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça. Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, que visa instituir o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça. Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU).

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, que visa instituir o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça. Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU).

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.881, de 2025, que visa instituir o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça. Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União (FDPU).

Cezinha de Madureira (PSD - SP) - O Deputado proferiu parecer às emendas do Senado Federal apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.765, de 2019, que altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 9.348, de 2017, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para determinar alerta imediato em caso de desaparecimento de criança ou adolescente pelas empresas de telefonia e sites de redes sociais (Âmber Brasileiro).

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 9.348, de 2017, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para determinar alerta imediato em caso de desaparecimento de criança ou adolescente pelas empresas de telefonia e sites de redes sociais (Âmber Brasileiro).

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado alterou a redação do parecer oferecido ao Projeto de Lei nº 9.348, de 2017, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Adolescente - ECA), para determinar alerta imediato em caso de desaparecimento de criança ou adolescente pelas empresas de telefonia e *sites* de redes sociais (Âmber Brasileiro).

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula, classificando-o como “monumento à ineficiência”, com base em relatório do Tribunal de Contas da União sobre o Plano Plurianual 2024-2027. Afirmou que, excetuando o Bolsa Família, o Governo falhou em cumprir metas da maioria dos programas, comprometendo áreas como saúde, educação, infraestrutura e Previdência. Acusou também o Executivo de improviso, má gestão dos recursos públicos e priorização da popularidade em detrimento do planejamento. Por fim, defendeu a adoção do *spending review* para revisar gastos públicos e otimizar a alocação de recursos, afirmando que o Brasil precisa de um governo eficiente, comprometido com resultados e respeito ao cidadão.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia Nacional do Esporte e destacou sua atuação como Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados. Ressaltou a importância do esporte como fenômeno social, econômico e educacional, reconhecendo seu papel na promoção de valores como respeito, disciplina e saúde. Ademais, relatou a aprovação de 18 projetos de lei até julho, incluindo iniciativas voltadas ao incentivo à atividade física entre idosos, ao apoio ao esporte amador, à proteção de torcedoras e à valorização de técnicos e atletas de alto rendimento. Também mencionou audiências públicas realizadas e o comparecimento do Ministro do Esporte à Comissão. Encerrou parabenizando todos os esportistas e reafirmando seu compromisso em ampliar os benefícios do esporte na sociedade.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu o Estado Democrático de Direito diante das denúncias contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado e organização criminosa armada. Enfatizou a gravidade dos atos que buscaram desestabilizar a democracia, desacreditar o sistema eleitoral e desrespeitar a soberania popular. Reconheceu a atuação da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal como fundamentais para garantir justiça com equilíbrio e respeito ao devido processo legal. Ao final, conclamou a sociedade a se unir em defesa da liberdade, da paz social e do fortalecimento das instituições democráticas.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado alertou para os impactos negativos das apostas *on-line* na educação de jovens brasileiros, com base em levantamento da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Revelou que 34% dos jovens entre 18 e 35 anos adiaram o início da graduação em 2025 por causa de gastos com apostas, especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste. Destacou que o problema atinge com mais força as classes D e E, onde 43% afirmam precisar interromper as apostas para ingressar no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

ensino superior. Por fim, defendeu políticas públicas, regulação e campanhas de conscientização como medidas urgentes para evitar que esse cenário comprometa o futuro acadêmico e social da juventude.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado homenageou o Dia dos Clubes, celebrado em 15 de julho, destacando a importância histórica dos clubes esportivos na formação de atletas no Brasil. Ressaltou que, diferente de outros países onde o esporte se desenvolve nas escolas, no Brasil são os clubes que revelam talentos em modalidades como natação, atletismo, vôlei, basquete e futebol. Encerrou defendendo políticas públicas que reconheçam e fortaleçam os clubes como pilares do desenvolvimento esportivo e social do País.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, aprovada na Comissão Especial, como uma medida essencial para aliviar o sufocamento fiscal dos Municípios. Afirmou que a PEC permite que prefeituras parcelam débitos previdenciários em até 300 meses e precatórios em até 240 meses, com limites atrelados à Receita Corrente Líquida, garantindo condições sustentáveis para a quitação das dívidas. Destacou também que a proposição não beneficia gestores irresponsáveis, mas fortalece os entes que prestam serviços essenciais. Declarou, por fim, que a medida representa um avanço no pacto federativo e uma resposta concreta às dificuldades estruturais enfrentadas pelos Municípios.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado denunciou a grave crise ambiental enfrentada por Manaus, classificando o aterro da AM-010 como um “lixão disfarçado” que representa décadas de negligência administrativa. Criticou a prorrogação judicial da operação do aterro até 2028, considerando-a uma institucionalização do desastre. Ressaltou também que o novo aterro sanitário, inaugurado em maio de 2025, é insuficiente para a demanda da cidade e foi implantado em área ambientalmente sensível, o que agrava ainda mais a situação. Concluiu, afirmando que a gestão de resíduos em Manaus revela a falência do sistema ambiental local e compromete a imagem do Brasil como defensor da Amazônia.

Julio Arcoverde (PP - PI) - O Deputado celebrou a produtividade do Parlamento no primeiro semestre de 2025, destacando sua gestão à frente da Comissão Mista de Orçamento, onde foram aprovadas 38 Medidas Provisórias e 39 Projetos de Lei. Para o segundo semestre, anunciou foco no combate aos acidentes de trânsito, que em 2024 causaram 6 mil mortes e 84 mil feridos nas rodovias brasileiras. Defendeu investimentos em capacitação, educação e fiscalização, além de punições mais severas. Além disso, apresentou o Projeto de Lei nº 2.337, de 2025, que exige curso de direção segura em rodovias para recém-habilitados, e o Projeto de Lei nº 3.152, de 2023, que inclui o tema dos efeitos do álcool no trânsito no Ensino Médio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 134.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 15/07/2025

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a importância da Política Nacional de Cuidados, sancionada em 2024 pelo Presidente Lula, como um avanço civilizatório que reconhece o cuidado como direito e responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e sociedade. Ressaltou que 104 milhões de brasileiros cuidam de outras pessoas sem remuneração, sendo 64% mulheres que enfrentam esgotamento e invisibilidade. Denunciou as condições precárias das trabalhadoras domésticas e celebrou medidas como o programa Mulheres Mil, que ampliará a qualificação profissional. Por fim, defendeu o cuidado como política pública efetiva e instrumento de justiça social.

ENCERRAMENTO